

Conclusões

Adelaide Millán da Costa¹

“Simple they were not”

Escolhi, como mote destas conclusões, uma inspiradora afirmação de Christopher Dyer relativa às pequenas cidades no período medieval. Após a leitura deste livro, a referida afirmação transforma-se em constatação aplicável à generalidade destes núcleos urbanos, para além da cronologia e do lugar em que se situem. Aceitemos, pois, a complexidade do estudo do tema - pequenas cidades - como base da escrita de umas poucas linhas que encerram este volume compósito, atributo que adquiriu ao reunir textos produzidos no âmbito de dois encontros científicos distintos.

Começemos por fazer um breve percurso pela I^a parte do livro, iniciada com o exaustivo argumento da autoria de Jean-Luc Fray, que estruturou o colóquio “Pequenas Cidades e Ambiente”. Após ter aclarado os campos semântico e concetual, bem como atualizado o estado da arte, Jean Luc Fray foca-se no cruzamento das duas áreas de investigação em presença, expondo cinco diretrizes para orientar as respostas ao seu repto. Esses tópicos traduzem formulações temáticas puras e unívocas que foram acolhidas e desenvolvidas pelos autores de uma forma entrosada. Assim, na hora de ordenar os textos, o livro foi organizado de acordo com o fio condutor que as contribuições dos participantes tornaram possível.

As 4 subsecções de “Pequenas Cidades e Ambiente” estruturam-se, cumulativamente, em função da perspetiva de análise adotada pelos investigadores

¹ Universidade Aberta. Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.

e da coerência temática. Assim, distinguem-se: (i) a abordagem de objetos de estudo com amplitude territorial; (ii) a observação arqueológica com as suas especificidades ao nível das fontes, métodos e resultados; (iii) a visualização dos fenómenos em escala pormenorizada; (iv) o estudo da ação das sociedades e dos poderes face ao ambiente.

Esboçemos algumas considerações transversais sobre o conjunto destes artigos.

Face à meticulosa distinção entre ambiente natural e área envolvente, estabelecida por Jean-Luc Fray, a maioria dos autores orientou os seus trabalhos para a perspetiva ambiental. Tal opção é visível na escolha das palavras-chave dos artigos, na bibliografia teórica de sustentação e, em alguns casos, na aplicação efetiva da utensilagem concetual e metodológica desta corrente historiográfica. Contudo, as duas noções – englobando na segunda tanto o domínio jurisdicional de um centro urbano, quanto a sua influência económica -, entrecruzam-se em praticamente todos os textos, excetuando os que se focam em problemáticas centradas no interior do espaço urbano. Acresce que só de forma artificial os sistemas sócios ecológicos (apropriando a terminologia usada por Emílio Martín, tal como o fizemos para os títulos das subsecções do livro) poderiam ser decompostos entre o natural e o humano.

Se existe uma ideia chave que se destaque da globalidade dos textos é a de interação entre todas as variáveis equacionadas, sejam estas: (i) pequenos núcleos urbanos, quer entre si, quer com o mundo rural; (ii) as grandes cidades com centros de média ou reduzida dimensão; (iii) uma vila com o seu próprio espaço, o alfoz ou um território mais vasto sobre qual exerça qualquer tipo de intervenção ou de controle. Os resultados dessa influência recíproca traduzem-se em complementaridade, mais ou menos equilibrada de acordo com os tempos, as mais das vezes em depredação - quando se autonomiza o conceito de natureza (ainda que antropizada) -, mas também pode manifestar-se em fruição.

No primeiro bloco de artigos, no qual os autores adotam enquanto objeto de estudo unidades geográficas, destaca-se: (i) a interligação entre pequenos centros urbanos e área rural, traduzida em fluxos de bens, migrações, transumância bem como alteração de atividades desenvolvidas (C. Dyer); (ii) o vínculo estabelecido entre uma sociedade em crescimento demográfico e económico e os ecossistemas costeiros e da serra (E. Martín Gutiérrez); (iii) o incremento da antropização e a mudança de um equilíbrio pré-existente provocado pelo processo de povoamento desenvolvido por populações cristãs (J. López Ryder); a evolução cultural da sociedade urbana que não só carrega a natureza para o seu espaço interior, como promove a construção de estâncias balneares e termais, explora o mar e a vegetação como bem cultural (P. Borsay).

Autonomizadas numa subsecção, as abordagens arqueológicas consideram os materiais remanescentes em “cápsulas de informação histórica” que, também elas,

traduzem fluxos e diálogos: (i) as dinâmicas de continuidade/descontinuidade da ocupação do espaço de um centro urbano e respetivos níveis de impacto na paisagem (M. Bueno); (ii) a ativação/desativação de estruturas de armazenamento medievais e modernas – os silos – que testemunham a gestão de resíduos urbanos, no tempo longo de uma vila (F. Cuesta-Gómez; S. Prata; J. Magusto); (iii) a insalubridade de espaços degradados, atuais vazadouros, que preservam a deslocação de centralidades na área urbana (T. Ramos; A. Cameijo; V. Pereira); (iv) o diálogo do ambiente com o centro urbano de uma ilha, feito de temporais, sismos, destruição e, em épocas mais recentes, de incorporação do verde na cidade (J. Araújo).

Quando a perspectiva de análise adotada é de grande proximidade do objeto de estudo, como ocorre nos textos do 3º grupo, o conceito estruturante de interação também se encontra presente: (i) quer se estude a gradação do impacto causado por uma vila sobre o território mais próximo ou mais distante que a envolve (St. Boisselier; C. Almeida) (ii) quer a concorrência entre dois pequenos centros urbanos pelo domínio de recursos naturais complementares e indispensáveis à sua sobrevivência (P. Cunha); (iii) quando se acompanha, no tempo longo, o vínculo estabelecido entre um rio e uma vila, vínculo esse cimentado por benefícios e destruição (I. Olaia); (iv) ou se abordam as alterações no aproveitamento de recursos naturais por um núcleo urbano, conjugadas com o crescimento demográfico e a rutura política e jurídica vivenciados no reino (A. C. Silveira).

O último conjunto de artigos detém-se na regulação societária dos recursos e do ambiente. Como (i) a normativa régia que tende a integrar centros urbanos costeiros nas redes de comercialização, mas que não sustém o seu desaparecimento (M. Tveit); (ii) a regulamentação da pesca, traduzida em disposições protecionistas por motivos fiscais e económicos, motivada pelo esgotamento de recursos pesqueiros fluviais (E. Ruiz Pilares); (iii) as reiteradas ações desenvolvidas pelas comunidades face a problemas ambientais vividos em povoações costeiras (J. Añibarro Rodríguez); (iv) as respostas societárias a catástrofes provocadas pela natureza, ocorridas em pequenas cidades (G. Naegle); e, por fim, e relativo a uns séculos depois, as medidas face ao desassoreamento através de um imposto “ambiental”, com o propósito de moldar a paisagem e fazer ordenamento do território (A. I. Lopes).

Em suma, junta-se uma multiplicidade de análises e de interpretações sobre relações complexas em que se integram, ou são protagonistas, as pequenas cidades e o ambiente.

Outra característica, já assinalada a esta primeira parte do volume, é o predomínio dos artigos sobre Idade Média, particularidade que decorre das condições de nascimento da *Rede das Pequenas Cidades no Tempo* (no seio de medievalistas), mas que paulatinamente está a ser colmatada.

Se a Idade Média é hegemónica nos estudos, a época que claramente preside à elaboração da maioria dos textos é o presente, uma vez que grande parte dos autores estabelece, de forma explícita, a ponte entre a atualidade e o passado. E a esse fluxo de temporalidades, apanágio da *marca* forte que é história ambiental, acrescenta-se o alerta sobre as condições de conservação dos vestígios patrimoniais dos quais o presente é (ainda) herdeiro. Ou seja, nestes artigos transparece, de forma inequívoca, uma postura académica de intervenção societária.

Termino este curto percurso pelas “Pequenas Cidades e Ambiente” a formular a pergunta que se impõe: qual a mais-valia que a adoção da perspetiva ambiental traz ao estudo dos núcleos urbanos de pequena dimensão? Se outra vantagem não tivesse, este ângulo de abordagem permitiria sempre ver mais longe, porque novos inquéritos se dirigem aos documentos. Contudo, no estádio atual da investigação – pelo menos a traduzida no conjunto dos textos aqui publicados – ainda não é possível avaliar se os questionários aplicáveis às grandes cidades se adequam às pequenas, ou se é necessário esboçar uma grelha diferente de análise. Fiquemo-nos com a ideia de um *continuum* entre núcleos urbanos de tamanho reduzido e o ambiente, o que não implica que essa continuidade termine nas áreas circundantes, podendo chegar até muito longe a interação com outros espaços.

A IIª parte deste livro reúne alguns dos textos apresentados no 1º Encontro da *Rede das Pequenas Cidades no Tempo*, em 2017, tendo outros, expostos em 2019 e com a expressa anuência dos seus autores, transitado para este espaço.

Em 2017, o fio condutor do *Encontro* era de carácter epistemológico, âmbito largamente debatido na mesa-redonda que juntou Peter Clark e Jean-Luc Fray e da qual, infelizmente, não resultou testemunho escrito. Os demais participantes, à pergunta “Pequenas Cidades: um objeto de estudo coerente?”, responderam com estudos concretos e diferenciados. Nestas circunstâncias, a organização desta parte do volume é orientada pelo objetivo de transmitir exemplos de abordagens possíveis de centros populacionais de reduzida dimensão.

O estudo diacrónico de um centro urbano permite a sua apreensão estruturada, acompanhando as mudanças e continuidades experimentadas no tempo longo. É essa análise monográfica que M. A. Beirante desenvolve a propósito de uma pequena povoação ultrapassando os limites cronológicos tradicionais do seu campo de pesquisa, e ultrapassando, sobretudo, o preconceito normalmente demonstrado pelos historiadores profissionais face à história local.

A articulação e as relações estabelecidas entre assentamentos num dado território, em função do equilíbrio ou preponderância dos poderes atuantes é uma perspetiva que já deu muitos frutos e continuará a dar, mormente quando se enfatiza na abordagem os vínculos e os fluxos que criam redes (R. Conceição).

Apresentado aqui como paradigma da tradicional análise sobre hierarquias urbanas que incluem cidades e vilas de dimensão e capacidade de domínio territorial distintas, o texto de G. Naegle evidencia, ainda, a forte ligação que existe entre as mudanças políticas contemporâneas e a escolha das perspectivas de investigação de temas historiográficos.

A leitura de problemáticas com transcrição no espaço urbano – mormente através da análise do edificado – quando aplicada a um conjunto de cidades e vilas, potencia um conhecimento transversal que só as observações comparativas permitem (C. A. Marado).

Para além do inestimável valor intrínseco dos estudos que têm por fonte as materialidades, dado que transportam o passado até aos nossos dias, o que aqui se publica reflete sobre os efeitos benéficos para a investigação que o abandono dos centros históricos provoca (A. Rosado, M. Costa, M. Pérez Cano, J. Aladro Prieto).

A abordagem das teias da política local, feita de alianças e ruturas com as instâncias centrais do poder, de jogos políticos e interesses particulares, a par do acompanhamento dos custos da interioridade, mormente o estiolar progressivo dessas regiões, é feita por N. Pousinho.

O volume culmina com um estudo que discorre acerca da mudança de perfil de uma cidade e que, sobretudo, faz uma reflexão prospetiva que a muito núcleos urbanos interessará e exemplifica a marca de intervenção societária que a *Rede das pequenas cidades no tempo* assume como um desígnio (D. Vaz).

Esta diversidade de abordagens, bem como as inegáveis potencialidades que cada uma traz para o conhecimento dos centros urbanos de reduzida dimensão, contorna a pergunta sobre a coerência das pequenas cidades enquanto objeto de estudo. Na verdade, a sua mera formulação, abrindo a hipótese de a resposta ser negativa, aparentemente fragiliza esta área da História urbana. Mas, atribuir a característica de coerente a uma categoria implica que ela seja definível... e todos concordamos que pequena cidade, antes da Época Contemporânea, não apresenta critérios consensuais que a balizem.

Pequena cidade corresponde assim a um conceito difuso que apenas se torna operacional na sua relação com um núcleo urbano de maiores dimensões e devidamente contextualizado em termos espaciais e temporais.

Em princípio, considero que existem duas formas de dar coerência ao estudo das pequenas cidades.

A primeira é a de associar esta noção fluida a referentes mais sólidos, a variáveis mais robustas, como sejam a sua situação geográfica e/ou atividade económica, por exemplo. Assim, a qualidade de pequeno conjuga-se com modelos urbanos teorizados como centros marítimos, fluviais, de montanha, de fronteira, de peregrinação, de lazer.

Trata-se de um plano de abordagem para ser cumprido em projetos de investigação, preferencialmente conjuntos e multidisciplinares, permitindo olhar para estes núcleos de uma forma transversal e comparativa. Será deste modo possível explorar as incongruências e similitudes que existem entre os centros urbanos, para além da uniformização que a posição geográfica ou as funções predominantes - as suas características definitórias - implicam.

Outra forma de analisar este objeto de estudo, que tem sido privilegiada nos encontros da *Rede*, é manter a fluidez da categoria *pequena* e cruzá-la com perspetivas de abordagem ou grandes temas, como sejam o caso do ambiente, ou da saúde. O propósito será sempre o de encontrar traços comuns que permitam, *a posteriori*, destacar a especificidade de núcleos urbanos pelo facto de serem comparativamente pequenos. Assim, a força desta categoria talvez radique na sua inquestionável flexibilidade.

As conclusões deste livro são ténues em termos substantivos. Outra coisa não seria de esperar, dado que ele não resulta de um projeto de investigação no qual especialistas - em épocas distintas e com formações diversas - analisam o mesmo conjunto de cidades ou vilas ou mesma problemática urbana. Mas os dois eventos científicos que culminaram neste volume já tornaram possível colocar investigadores em diálogo, cruzando as suas perspetivas de análise e criando redes de trabalho. É um caminho que tem de continuar a ser percorrido, partindo de uma certeza: *simples as pequenas cidades não são*, antes aliciantes.